

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GISELLY MÜLLER

**A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO:
APLICAÇÃO PARCIAL DO SICOGEA NO RESORT COSTÃO DO SANTINHO –
UM ESTUDO DE CASO**

**Florianópolis
2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO:
APLICAÇÃO PARCIAL DO SICOGA NO RESORT COSTÃO DO SANTINHO –
UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professora Dra.
Elisete Dahmer Pfitscher

**Florianópolis
2006**

GISELLY MÜLLER

**A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO:
APLICAÇÃO PARCIAL DO SICOGEA NO RESORT COSTÃO DO SANTINHO –
UM ESTUDO DE CASO**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de _____ (_____), atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo mencionados.

Professora Dra. Elisete Dahmer Pfitscher
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professores que compuseram a banca:

Prof^ª. Elisete Dahmer Pfitscher, Dr^a. - Orientadora
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof^ª. Eleonora Milano Falcão Vieira, Dr^a.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof. Luiz Alberton, Dr.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Florianópolis, 20 de dezembro de 2006.

Agradecimentos

Primeiramente a Deus por ter me concedido calma e tranquilidade para fazer este trabalho.

Aos meus pais por toda oportunidade, principalmente de estudo, oferecida.

Ao meu namorado, Marcelo Martins Marquelez, pela paciência e compreensão demonstrada nos momentos em que eu me encontrava bastante atarefada.

À minha orientadora, professora Dra. Elisete Dahmer Pfitscher, por todo o auxílio prestado na realização deste trabalho.

Ao Marcos Pagliarini, responsável pela Contabilidade do Resort Costão do Santinho, e, ao Bruno Bruggemann, responsável pelo setor de Qualidade Total, por todas as informações prestadas e pela gentileza de se disporem a ajudar sempre.

À Universidade Federal de Santa Catarina por ter me acolhido durante todos esses cinco anos de curso.

Embora ninguém possa voltar atrás
e fazer um novo começo,
qualquer um pode começar agora
e fazer um novo fim.

Chico Xavier

RESUMO

MÜLLER, Giselly. **A contabilidade ambiental como instrumento de gestão: aplicação parcial do SICOGEA no Resort Costão do Santinho**. Florianópolis, 2006, 62p. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

Este trabalho tem como objetivo central analisar o SICOGEA, especificamente, a primeira fase da terceira etapa, através de um estudo de caso no Resort Costão do Santinho. Inicia-se com a apresentação do tema e problema de pesquisa, dos objetivos geral e específicos, da justificativa de estudo, da metodologia e da organização do trabalho. Para dar suporte a conclusão dos objetivos propostos, tem-se em um segundo momento uma explanação sobre contabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável, gestão ambiental, sistema de gestão ambiental, SICOGEA e hotelaria. Logo após à exposição do marco teórico referencial, tem-se o estudo de caso propriamente dito. Nesta fase faz-se um breve histórico da empresa pesquisada e iniciam-se as investigações necessárias. Busca-se analisar a sustentabilidade do empreendimento através da aplicação de um questionário. Posteriormente, compartilham-se os resultados com a empresa e promove-se a sensibilização das partes interessadas. Conclui-se, portanto, que no decorrer do trabalho todos os objetivos propostos foram atingidos. Percebeu-se através do estudo de caso realizado que com a análise da primeira fase da terceira etapa do SICOGEA aplicado ao Resort, este Sistema Contábil Gerencial Ambiental produz inúmeras informações estratégicas, detecta deficiências e propõe maneiras de corrigi-las.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. SICOGEA. Resort Costão do Santinho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1	Processo decisório na gestão ambiental.....	28
Figura 2.2	Estrutura do SICOGEA.....	31
Figura 3.1	Estrutura da primeira fase da terceira etapa do SICOGEA.....	38
Figura 3.2	Vista aérea do Resort Costão do Santinho e parte da reserva ecológica.....	58
Figura 3.3	Vista geral do Resort.....	58
Figura 3.4	Recepção do Resort.....	59
Figura 3.5	Ala Internacional do Resort.....	59
Figura 3.6	Vilas do Resort.....	60
Figura 3.7	Suíte do Resort.....	60
Figura 3.8	Vista de um dos apartamentos do Resort.....	60
Figura 3.9	Complexo esportivo do Resort.....	61
Figura 3.10	Vista de um dos restaurantes do Resort.....	61
Figura 3.11	Vista de um dos salões de eventos existentes no Resort.....	62
Figura 3.12	Vista da Praia do Santinho.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1	Nova proposta do Balanço Patrimonial.....	18
Quadro 2.2	Nova proposta da Demonstração do Resultado do Exercício.....	19
Quadro 2.3	Benefícios da gestão ambiental.....	27
Quadro 3.1	Lista de verificação.....	55
Quadro 3.2	Avaliação da sustentabilidade e desempenho ambiental.....	40
Quadro 3.3	Sustentabilidade parcial por critério e sub-critério do Resort Costão do Santinho.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento
BP	Balanço Patrimonial
BSI	British Standards Institution
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FASB	Financial Account Standards Board
ONU	Organizações das Nações Unidas
POP's	Poluentes Orgânicos Persistentes
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SICOGEA	Sistema Contábil Gerencial Ambiental

SUMÁRIO

<u>RESUMO.....</u>	<u>6</u>
<u>LISTA DE FIGURAS.....</u>	<u>7</u>
<u>LISTA DE QUADROS.....</u>	<u>8</u>
<u>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</u>	<u>9</u>
<u>1 INTRODUÇÃO.....</u>	<u>11</u>
1.2 Tema e Problema.....	11
1.3 Objetivos.....	12
1.3 Justificativa de Estudo.....	12
1.4 Metodologia da Pesquisa.....	13
1.5 Limitações da Pesquisa.....	15
1.6 Organização do Trabalho.....	15
<u>2 Fundamentação Teórica.....</u>	<u>17</u>
2.1 Contabilidade Ambiental.....	17
2.1.1 Ativos Ambientais.....	19
2.1.2 Passivos Ambientais.....	21
2.1.3 Receitas Ambientais.....	22
2.1.4 Despesas e Custos Ambientais.....	23
2.2 Desenvolvimento Sustentável.....	23
2.3 Gestão Ambiental.....	26
2.3.1 Sistema de Gestão Ambiental (SGA).....	29
2.4 Hotelaria.....	32
2.4.1 Breve Histórico da Hotelaria no Mundo.....	32
2.4.2 Breve Histórico da Hotelaria no Brasil.....	34
<u>3 ESTUDO DE CASO.....</u>	<u>37</u>
3.1 Apresentação da Empresa.....	37
3.2 Aplicação Parcial do SICOGEA.....	38
3.2.1 Sustentabilidade e Estratégia Ambiental.....	39
3.2.2 Comprometimento.....	46
3.2.3 Sensibilização das Partes Interessadas.....	48
<u>4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</u>	<u>49</u>
4.1 Quanto a Problemática.....	49
4.2 Quanto aos Objetivos.....	49
4.3 Sugestões para Trabalhos Futuros.....	51
<u>referências.....</u>	<u>52</u>
<u>apêndice.....</u>	<u>55</u>
<u>anexo a.....</u>	<u>58</u>

1 INTRODUÇÃO

Apresenta este capítulo uma explanação do tema e problema proposto, dos objetivos geral e específicos estabelecidos, da justificativa do estudo, da metodologia utilizada, das limitações da pesquisa e, por fim, da organização do trabalho.

1.2 Tema e Problema

O presente trabalho traz como tema principal a instrumentalização da Contabilidade Ambiental na gestão de uma organização do ramo hoteleiro, através de um estudo de caso no Resort Costão do Santinho.

Observa-se que a administração estratégica dos recursos naturais vem se tornando fundamental para aquelas empresas que desejam se manter ou se destacar nesta nova conjuntura de mercado.

A crescente cobrança dos órgãos administrativos, dos clientes e principalmente da comunidade está transformando o modo de operar de muitas empresas, que passam, agora, a integrar o crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável.

Surge como principal ferramenta destinada a viabilizar esta integração, o sistema de gestão ambiental, que consiste, basicamente, em programar ações que suavizem ou até mesmo cessem os impactos causados ao meio ambiente.

Cabe ressaltar que essas ações destinadas a suavizar ou, preferencialmente, cessar os impactos ambientais, costumam ser estrategicamente formuladas a partir da avaliação prévia do grau de sustentabilidade da empresa. E por esse motivo, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa:

Como a Contabilidade Ambiental pode fornecer subsídios para a avaliação do grau de sustentabilidade do Resort Costão do Santinho?

1.3 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar o SICOGEA, especificamente, a primeira fase da terceira etapa, em uma empresa do ramo hoteleiro.

Para o alcance do objetivo geral, formulou-se quatro objetivos específicos que podem ser descritos da seguinte forma:

- Contextualizar conceitos relacionados a contabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável, gestão ambiental e sistema de gestão ambiental;
- Explicar, de maneira sucinta, o SICOGEA – Sistema Contábil Gerencial Ambiental, identificando todas as suas fases;
- Descrever um breve histórico da hotelaria no mundo e no Brasil;
- Apresentar a empresa pesquisada, Resort Costão do Santinho, desde o início de suas atividades;
- Analisar o grau de sustentabilidade obtido no Resort Costão do Santinho, através da aplicação parcial do SICOGEA na empresa.

1.3 Justificativa de Estudo

A idéia de que a empresa é um sistema que interage com o meio ambiente já vem de longa data. E esta evidência não surgiu apenas pelo fato de que o meio ambiente é o principal fornecedor das fontes de recursos. É preciso lembrar, também, que ele costuma ser o recipiente dos resíduos gerados em todo o processo de produção ou de prestação de serviços de uma entidade.

Esses são alguns fatos que costumam gerar preocupações: o uso indiscriminado dos recursos naturais, e, a eliminação no meio ambiente de todos os efluentes poluidores, sejam eles sólidos, líquidos ou gasosos.

Surge, então, no ano de 2004 um Sistema Contábil Gerencial Ambiental, conhecido como SICOGEA, que com aporte da contabilidade e controladoria é capaz de detectar ou até mesmo evitar esses problemas.

Ressalta-se que por ter sido criado recentemente, existem poucas referências bibliográficas que tratam do SICOGEA. E por esse motivo, esta pesquisa vem contribuir na abordagem deste tema bastante atual.

Em estudos preliminares e busca de materiais que tratavam deste assunto, percebeu-se que, com exceção do estudo de caso realizado em um hospital, o SICOGEA foi aplicado apenas em empresas produtoras, como do ramo têxtil, siderúrgico e da cadeia de arroz ecológico.

Assim surge a idéia e o interesse de aplicá-lo, mesmo que parcialmente, no Resort Costão do Santinho. Por se tratar de um empreendimento voltado a prestação de serviços turísticos que vem se expandindo a cada ano que passa, busca-se neste trabalho, através do conhecimento empírico e teórico, a aplicação do SICOGEA como um instrumento de gestão.

1.4 Metodologia da Pesquisa

Monos (um só); graphéin (escrever) – Martins e Lintz (2000, p. 21) definem monografia como sendo: “um documento técnico científico, que, por escrito, expõe a reconstrução racional e lógica de um tema. Sua qualidade é evidenciada pela originalidade e criatividade mostradas pelo autor quando expõe sua leitura e interpretação do conteúdo tematizado”.

A monografia é um trabalho de caráter acadêmico e deve sempre trazer uma contribuição científica. Para Beuren (2004, p. 41), “ela necessita apresentar de forma sistemática e ordenada um melhor entendimento sobre um ou mais aspectos de determinado tema dentro da área da ciência”.

Com relação aos procedimentos e técnicas utilizados para a realização da monografia é que Marconi e Lakatos (2003, p. 163) asseveram que:

A seleção do instrumental metodológico está, portanto, diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação.

Buscando descrever os procedimentos metodológicos utilizados na proposta de um Sistema Contábil Gerencial Ambiental, voltado a fornecer informações que auxiliem no

processo de análise da sustentabilidade do Resort em questão, é que se optou por utilizar as tipologias de pesquisa enfocadas por Beuren (2004), que as agrupa em três categorias: pesquisa quanto aos objetivos, que engloba a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa; pesquisa quanto aos procedimentos, na qual estão contidos o estudo de caso, o levantamento, a pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental; e a pesquisa quanto à abordagem do problema, que contempla a pesquisa qualitativa e quantitativa.

Desse modo, a pesquisa realizada caracteriza-se como sendo uma pesquisa do tipo exploratória, que segundo Gil (1999, p. 44) “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, ou seja, a maneira pela qual se conduz o estudo e se coleta os dados, fez-se o uso do estudo de caso, que de acordo com Martins e Lintz (2000), trata-se de uma técnica de pesquisa cujo objetivo é o estudo profundo e intenso de uma unidade social, seja ela um indivíduo, uma família, uma instituição, uma comunidade, ou uma empresa, sempre com o objetivo de compreendê-los em sua totalidade.

O estudo de caso deve incorporar informações detalhadas de modo que auxilie na conclusão do estudo em questão. Essas informações podem ser adquiridas através da aplicação de questionários, entrevistas, levantamento de dados, entre diversas outras técnicas que auxiliem na coleta de informações.

Em relação à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, visto que necessita de análises com maior nível de profundidade em relação ao que se está estudando. Segundo Richardson (1999, p. 80 *apud* BEUREN, 2004, p. 91), “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Chega-se à conclusão de que o estudo do tipo qualitativo necessita de análises mais profundas em relação àquilo que se pretende explorar, ao contrário do estudo quantitativo, que possui uma abordagem mais superficial e caracteriza-se pelo uso de instrumentos estatísticos tanto na coleta quanto no manuseio dos dados.

1.5 Limitações da Pesquisa

Torna-se interessante observar que o presente trabalho possui algumas limitações que devem ser expostas aos seus leitores a fim de evitar erros em futuros estudos sobre este mesmo assunto, proposta de aplicação parcial de um Sistema Contábil Gerencial Ambiental, a um Resort.

Por se tratar de um estudo de caso, os resultados obtidos com a pesquisa do Resort não se aplicam a outras entidades do mesmo ramo, pois cada Resort possui especificidades que só podem ser descobertas após um estudo acurado e exaustivo.

Além disso, por não exigir procedimentos metodológicos rígidos, o estudo de caso pode conduzir a erros no que se refere à coleta e análise de dados, comprometendo, então, os resultados obtidos com o estudo.

Outra limitação a ser destacada, é que a aplicação do Sistema Contábil Gerencial Ambiental será apenas parcial, visto a extensão e alta complexidade do sistema proposto em questão.

1.6 Organização do Trabalho

Para simplificar a composição da presente pesquisa, o trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução do trabalho, que contém a descrição do tema escolhido, do problema de pesquisa, do objetivo geral, dos objetivos específicos, da justificativa de estudo, da metodologia e da organização do trabalho.

O segundo capítulo refere-se à revisão bibliográfica, abordando, brevemente, os seguintes assuntos: contabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável, gestão ambiental, sistema de gestão ambiental, Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA), além de uma rápida aclaração do surgimento da hotelaria no Brasil e no mundo.

O terceiro capítulo descreve, de forma resumida, o Resort em estudo, analisa todos os dados relacionados ao Sistema Contábil Gerencial Ambiental proposto, e descreve o grau de sustentabilidade do Resort em questão.

O quarto capítulo traz a conclusão do estudo, além de recomendações para futuras pesquisas.

Após, têm-se a listagem das referências utilizadas para conclusão deste trabalho, e por último, tem-se o apêndice e o anexo A, composto por fotos da empresa pesquisada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se a fundamentação teórica deste trabalho, trazendo consigo a contextualização de alguns assuntos, como a contabilidade ambiental e, conseqüentemente, os termos que estão relacionados a ela, como ativo ambiental, passivo ambiental, despesas e custos ambientais, além da receita ambiental. Posteriormente, tem-se uma sucinta elucidação sobre o desenvolvimento sustentável, a gestão ambiental, o sistema de gestão ambiental, e o SICOGEA - Sistema Contábil Gerencial Ambiental. E por último, foram abordados os principais fatos históricos que marcaram a hotelaria no mundo e mais especificamente no Brasil.

2.1 Contabilidade Ambiental

Destinada a avaliar e mensurar todas as movimentações econômicas e financeiras que envolvem o meio ambiente surgiu no ano de 1970 a contabilidade ambiental. (KRAEMER, 2002).

O desrespeito e o descaso relacionado à conservação do meio ambiente vêm preocupando muitos daqueles que prezam pela manutenção dos recursos naturais.

Diversas medidas vêm sendo tomadas com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável. E para auxiliar na promoção deste, surgiu a contabilidade ambiental, destinada, também, a avaliar e mensurar todas as movimentações econômicas e financeiras que tenham relações, diretas ou indiretas, com o meio ambiente.

Para Raupp (2002 *apud* PFITSCHER, 2004) a contabilidade ambiental tem a finalidade de:

Tornar pública, para fins de avaliação de desempenho, toda e qualquer atitude das entidades, com ou sem atividade lucrativa, mensurável em moeda que, a qualquer tempo, possa influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Assim, torna-se necessário haver uma cobrança efetiva por parte da população de modo a garantir que as empresas divulguem suas ações ligadas a questões ambientais através,

por exemplo, de notas explicativas, relatórios da administração, Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

A divulgação através de relatórios contábeis tradicionais como BP e DRE é bastante eficiente, pois permite a comparação entre o desempenho econômico e financeiro e o desempenho ambiental de uma organização, ou dela em relação a outras organizações do mesmo ramo.

Os Quadros 2.1 e 2.2 demonstram uma representação do balanço e da DRE adaptados a questões ambientais:

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
Circulante Itens usuais Circulante ambiental Estoques ambientais		Circulante Itens usuais Circulante ambiental Multas ambientais Salários e encargos de pessoal da área ambiental	
Realizável a longo prazo Itens usuais Longo prazo ambiental Estoques ambientais		Exigível a longo prazo Itens usuais Exigível longo prazo ambiental Empréstimos obtidos para financiar projetos ambientais	
Permanente Itens usuais Imobilizado ambiental Bens ou direitos relacionados à preservação, proteção e recuperação ambiental; ou perda de potencial de uso ou serviços. (-) Depreciação de bens relacionados à preservação, proteção e recuperação ambiental. Diferido ambiental Despesas relacionadas à pesquisa e desenvolvimento de projetos de preservação, proteção e recuperação ambiental. (-) Amortização de despesas relacionadas à pesquisa e desenvolvimento de projetos de preservação, proteção e recuperação ambiental.		Patrimônio líquido Itens usuais Patrimônio líquido ambiental Lucros ou prejuízos acumulados (incluindo os efeitos do reconhecimento de ativos e passivos ambientais). Reservas para contingências ambientais	
Total do Ativo		Total do Passivo + PL	

Quadro 2.1: Nova proposta do BP
 Fonte: Adaptado de Ribeiro (2006, p.128)

1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA
1.1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA AMBIENTAL
2. DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA
2.2. DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA AMBIENTAL
Vendas Canceladas
Abatimentos e Descontos Incondicionais
Impostos sobre Vendas
3. RECEITAS LÍQUIDAS
4. CUSTO
Itens tradicionais
Custos ambientais de produção (insumos, depreciação, amortização, etc...)
5. LUCRO BRUTO (3-4)
6. DESPESAS OPERACIONAIS
Itens tradicionais
Despesas com remuneração de profissionais especializados na área ambiental
Despesas com taxas ambientais
7. RESULTADO OPERACIONAL (5 – 6)
8. RESULTADO NÃO OPERACIONAL
Multas e indenizações ambientais
9. RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS (7+ OU -8).
10. (-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
11. (-) IMPOSTO DE RENDA
12. PARTICIPAÇÕES
13. LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO (9-10-11-12)

Quadro 2.2: Nova proposta da DRE
 Fonte: adaptado de Pfitscher (2004, p.45)

A DRE proposta apresenta a área ambiental especificada em diversas contas, podendo, assim, os gestores verificarem quais seriam os custos e despesas ambientais de maior expressividade.

Vê-se então a necessidade de mencionar conceitos e definições a respeito de ativos ambientais, passivos ambientais, custos ambientais, despesas ambientais e receitas ambientais.

2.1.1 Ativos Ambientais

Um ativo pode ser definido como sendo o conjunto de bens e direitos possuídos por uma determinada pessoa ou instituição.

E de acordo com o Fasb – Financial Account Standards Board (SFAC 6, parágrafo 26 *apud* HENDRIKSEN E BREDA, 1999, p.285), possui três características:

- 1 – Incorpora um benefício futuro provável que envolve a capacidade, isoladamente ou em combinação com outros ativos, de contribuir direta ou indiretamente à geração de entradas líquidas de caixa futuras.
- 2 – Uma dada entidade pode conseguir o benefício e controlar o acesso de outras entidades a esse benefício.
- 3 – A transação ou o evento originando o direito da entidade ao benefício, ou seu controle sobre o mesmo, já terá ocorrido.

Assim como a conceituação do termo ativo contábil, tem-se também uma outra expressão atualmente muito utilizada na contabilidade e que merece grande destaque no mundo empresarial: o ativo ambiental.

Moreira (2006) traz uma breve definição para esta palavra: “conjunto de bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, incluindo os gastos efetuados com conservação ambiental ou com a prevenção e redução de danos ambientais potenciais”.

A forma como foi conceituado, acima, o termo contabilidade ambiental, costuma deixar dúvidas pelo fato de considerar alguns gastos específicos como sendo parte integrante do ativo.

Entretanto, cabe ressaltar, que estes gastos apenas serão considerados ativos se forem incorridos durante a construção ou desenvolvimento do ativo ou após sua aquisição, e principalmente, se aumentarem a expectativa de ganhos futuros. (RIBEIRO, 2006, p.67).

Esta definição passa a ser mais clara quando é lembrado, por exemplo, da definição de diferido, que segundo Silva (2005, p.34), são “os gastos em desenvolvimento em tecnologia “limpa” [grifo do autor] de produção que beneficiarão exercícios futuros, como por exemplo, os gastos de implementação do Sistema de Gestão Ambiental para a certificação ISO 14001”.

Além do ativo ambiental diferido têm-se vários outros ativos ambientais que, basicamente, brotam da contabilidade financeira. Entre eles, falar-se-á, brevemente, dos mais comuns: estoque ambiental e imobilizado ambiental.

a) Estoque ambiental

São os insumos em almoxarifado adicionáveis ao processo produtivo para eliminar, reduzir, controlar os níveis de emissão de resíduos, ou materiais para recuperação ou reparos de ambientes afetados. (FAVARIN, 2006, p.32).

Assim como os demais ativos, os estoques ambientais estão relacionados, sempre, à conservação, controle e restauração do meio ambiente e devem ser contabilizados de modo a permitir que o gestor obtenha informações a respeito de todos os componentes existentes na empresa.

b) Imobilizado ambiental

São os investimentos realizados na aquisição de bens que viabilizam a redução de resíduos poluentes durante o processo de obtenção de receitas e cuja vida útil se prolongue além do término do exercício social, como por exemplo: máquinas, equipamentos, instalações, entre outros. (FAVARIN, 2006, p.32).

A autora traz uma contribuição significativa na definição de ativo imobilizado ambiental. Contudo, ele não argumentou que os gastos relacionados à manutenção e controle ambiental também podem ser classificados neste grupo de conta, se possuírem, pelo menos, uma das seguintes características expostas pela ONU – Organizações das Nações Unidas (1998, p.6 *apud* RIBEIRO, 2006, p.63):

- Devem estar relacionados com a antecipação de benefícios ambientais e a extensão da vida útil dos ativos, o aumento da capacidade, a melhoria de segurança e a eficiência dos ativos; ou ainda,
- devem propiciar a redução ou prevenção de contaminação que possam ocorrer como resultado de operações futuras.

Têm-se como exemplos de imobilizado ambiental os seguintes itens: terrenos, construções e equipamentos utilizados para transportar e estocar resíduos; filtros de ar; equipamento destinado ao tratamento de afluentes e diversos outros bens, que assim como estes, devem ser depreciados conforme determina a legislação.

2.1.2 Passivos Ambientais

Entende-se por passivo, de forma simplificada, toda e qualquer obrigação futura perante terceiros que será paga através do desembolso de dinheiro, da prestação de serviço ou da entrega de algum bem.

São três as características essenciais do passivo, conforme Fasb (SFAC 6, parágrafo 36 *apud* HENDRIKSEN E BREDA, 1999, p.286):

- 1 – Contém uma obrigação ou responsabilidade presente com uma ou mais entidades, prevendo liquidação pela transferência futura provável ou pelo uso de ativos numa data especificada ou determinável, na ocorrência de um evento predeterminado, ou assim que seja solicitada.
- 2 – A obrigação ou responsabilidade compromete dada entidade, permitindo-lhe pouca ou nenhuma liberdade para evitar o sacrifício futuro.
- 3 – A transação ou outro evento que obriga a entidade já ocorreu.

Portanto, abreviadamente, passivo ambiental acaba sendo toda obrigação legal ou não que decorra de atos de conservação, restauração ou preservação ambiental.

Cabe aqui ressaltar a diferença entre conservação e preservação. Conservar diz respeito à utilização dos recursos naturais de maneira que estes recursos continuem estando disponíveis para gerações futuras. Preservar significa agir de maneira que não haja a exploração desses recursos, ou seja, é mantê-los intactos.

Diversas são as formas como uma empresa pode incorrer em obrigações ambientais. Multas e indenizações decorrentes de atos de degradação ambiental costumam ser as mais comuns.

Porém, passivos ambientais de uma empresa não são constituídos somente de obrigações punitivas delegadas a ela. Gastos relacionados a pagamento de pessoal envolvidos com a preservação e desenvolvimento ambiental, aquisição, a prazo, de insumos e equipamentos antipoluentes, contratação de engenheiros ambientais, manutenção de maquinário destinado à reciclagem e reaproveitamento de materiais, entre outros, também estão classificados nesta conta.

2.1.3 Receitas Ambientais

Produtos produzidos a partir de sobras de materiais utilizados no processo produtivo não costumam ser a maior fonte de renda das empresas, porém o faturamento gerado pela comercialização desses bens é considerado uma receita ambiental.

Observa-se, também, que a prática de políticas ambientalistas costuma ser bem vista aos olhos dos consumidores que, com uma maior conscientização, passam a dar preferência aos produtos gerados pelas empresas que demonstram um maior comprometimento com o

meio ambiente. Este ganho motivado pelo conhecido “*marketing* ambiental” costuma, também, ser considerado uma receita ambiental.

Contudo, faz-se necessário explicitar que não somente estes ganhos indiretos são considerados receitas ambientais. A existência cada vez maior de empresas que fabricam ou prestam serviços diretamente relacionados à preservação e conservação do meio ambiente demonstra que o faturamento advindo dessas políticas pode ser a principal fonte de receita dessas instituições.

2.1.4 Despesas e Custos Ambientais

Segundo Ribeiro (2006, p.50): “Consideram-se como **despesas ambientais** [grifo do autor] todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa”.

Portanto, as despesas ambientais não estão relacionadas ao processo produtivo, e sim ao controle das atividades, enquanto que os custos ambientais têm relação direta com a produção da entidade.

Cabe ressaltar que os custos e despesas ambientais devem ser contabilizados no curso do exercício em que foram incorridos, mesmo que não tenha havido o desembolso efetivo, assim como determina o Princípio Contábil da Competência.

2.2 Desenvolvimento Sustentável

Sachs (2002, p.32) assevera que “o uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidariamente fincadas no ambiente natural”.

O grande crescimento populacional e o aumento da necessidade por indústrias, estradas, alimentos, combustíveis, água, entre outros recursos, vêm trazendo conseqüências desastrosas ao meio ambiente.

O progresso costuma vir acompanhado do uso indiscriminado de recursos naturais, da má acomodação dos resíduos tóxicos e da poluição de mares, rios, lagos, etc. E tudo isso se faz presente devido à ignorância da maior parte da população, nela incluída a iniciativa privada, os governantes e a sociedade em geral, que nada faz para reverter esta situação.

A aplicação do desenvolvimento sustentável vem, justamente, para garantir que gerações futuras possam usufruir dos mesmos recursos que estão disponíveis atualmente, além de gozar da mesma qualidade de vida existente hoje. E para que isso seja possível o Relatório Brundtland (1987, *apud* Economia Net, 2006) sugere que seja tomada uma série de medidas:

- a) limitação do crescimento populacional;
- b) garantia de alimentação a longo prazo;
- c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis;
- e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas;
- f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores;
- g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas;
- h) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de desenvolvimento sustentável;
- i) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço;
- j) guerras devem ser banidas;
- k) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável.

Requerer o crescimento econômico aliado à conservação do meio ambiente não é tarefa fácil. A busca incessante das empresas pelo lucro e a alta competitividade de mercado quase sempre poda qualquer resquício de consciência ecológica existente, promovendo, então, o desgaste dos recursos naturais disponíveis.

Com o intuito de reverter esta situação é que muitos acordos multilaterais foram criados. Falar-se-á, brevemente, de apenas três deles: Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Protocolo de Kioto e Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes.

a) Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD)

Também conhecida como ECO 92, RIO 92 ou Cúpula da Terra, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento foi realizada na cidade do Rio de

Janeiro, no ano de 1992, e teve a participação de representantes de 175 países, de acordo com o ministério das relações exteriores. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES).

O principal objetivo deste acordo foi o de estabelecer medidas destinadas a promover o desenvolvimento econômico dos países participantes aliado à conservação e preservação do meio ambiente. Durante o evento, firmaram-se duas convenções e uma declaração: Convenção sobre Mudança do Clima, Convenção sobre a Biodiversidade e Declaração sobre Florestas.

b) Protocolo de Kioto

Acordado no ano de 1997 na cidade de Kioto – Japão, este protocolo teve como meta estabelecer um acordo entre os países do Norte para que os mesmos se comprometessem em reduzir a emissão de gases poluentes em, pelo menos 5,2% em relação aos níveis de 1990, durante o período correspondente entre o ano de 2008 e o ano de 2012. (BRASIL ESCOLA,2006).

De acordo com a enciclopédia Wikipédia, oficialmente entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005, após a Rússia ter ratificado o acordo no final do ano de 2004.

Lamentavelmente o protocolo de Kioto não pode contar com a participação dos Estados Unidos da América, já que o presidente George W. Bush acabou alegando que a ratificação do protocolo interferiria negativamente na economia do país.

c) Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes

Contando com a participação de 150 países, a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes entrou em vigor em 17 de maio de 2004. (EUROPA).

O objetivo central desta convenção foi o de reduzir a poluição causada pelos poluentes orgânicos persistentes (POP's), substâncias estas capazes de prejudicar principalmente a saúde do homem, já que têm a capacidade de se bioacumular em diversos ambientes, como no ar, na água, na terra e até mesmo em organismos vivos.

Segundo a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa, são doze poluentes objetos da Convenção: “oito pesticidas: aldrina e dieldrina, endrina, clordano,

heptacloro, DDT, toxofeno e mirex; dois químicos de aplicação industrial: hexaclorobenzeno e PCB's; e dois resíduos (subprodutos não intencionais): dioxinas e furanos”.

Com a entrada deste acordo em vigor, diversos destes produtos químicos já foram extintos do mercado, e outros estão sendo eliminados gradualmente do processo de produção.

2.3 Gestão Ambiental

O termo gestão deriva do latim *gestione*, que significa o ato de gerir, dirigir, administrar.

Não apenas itens do tipo financeiro e econômico devem ser administrados em uma empresa. A mudança no cenário mundial e a busca por diferenciais de mercado fazem com que as empresas tenham que se adaptar a incutir novas responsabilidades em seu processo produtivo.

Questões relacionadas à preservação e conservação do meio ecológico vêm sendo cada vez mais colocadas em foco pelas organizações. E a gestão ambiental se faz presente, justamente, para estabelecer políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável. Kraemer (2002) acrescenta que:

A Gestão Ambiental inclui uma série de atividades que devem ser administradas, tais como: formular estratégias de administração do meio ambiente, assegurar que a empresa esteja em conformidade com as leis ambientais, implementar programa de prevenção à poluição, gerir instrumentos de correção de danos ao meio ambiente, adequar os produtos às especificações ecológicas, além de monitorar o programa ambiental da empresa.

Mas apesar de necessitar da mobilização de todos os colaboradores da organização e dar certo trabalho, o ato de gerir o meio ambiente traz muitos benefícios que podem ser expostos no Quadro 2.3:

Benefícios econômicos
Economia de custos <ul style="list-style-type: none"> ● redução do consumo de água, energia e outros insumos; ● reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos e diminuição de efluentes; ● redução de multas e penalidades por poluição.
Incremento de receita <ul style="list-style-type: none"> ● aumento da contribuição marginal de “produtos verdes”, que podem ser vendido a preços mais altos; ● aumento da participação no mercado, devido à inovação dos produtos e à menor concorrência; ● linhas de novos produtos para novos mercados; ● aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição.
Benefícios estratégicos
<ul style="list-style-type: none"> ● melhoria da imagem institucional; ● renovação da carteira de produtos; ● aumento da produtividade; ● alto comprometimento do pessoal; ● melhoria nas relações de trabalho; ● melhoria da criatividade para novos desafios; ● melhoria das relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas; ● acesso assegurado ao mercado externo; ● melhor adequação aos padrões ambientais.

Quadro 2.3: Benefícios da gestão ambiental
 Fonte: Tinoco e Kraemer (2006, p.120).

Contudo, cabe ressaltar que em países subdesenvolvidos onde a questão econômica prevalece sobre as questões sociais, a decisão de produzir sem afetar o meio ambiente se torna mais difícil. O baixo poder aquisitivo e a falta de instrução de grande parte da sociedade civil atrapalham o processo de gerir o meio ambiente nesses países.

Para Ferreira (2003, p.33), “preservar o meio ambiente, muitas vezes, significa não produzir determinados produtos, ou incorrer em custos extremamente altos para produzi-los sem afetar o ambiente, tornando-os com isso caros, sem condições de serem adquiridos pelo consumidor final”.

E é de acordo com a colocação acima que a Figura 2.1 procura sintetizar o processo de tomada de decisão entre duas alternativas existentes: preservar e não preservar.

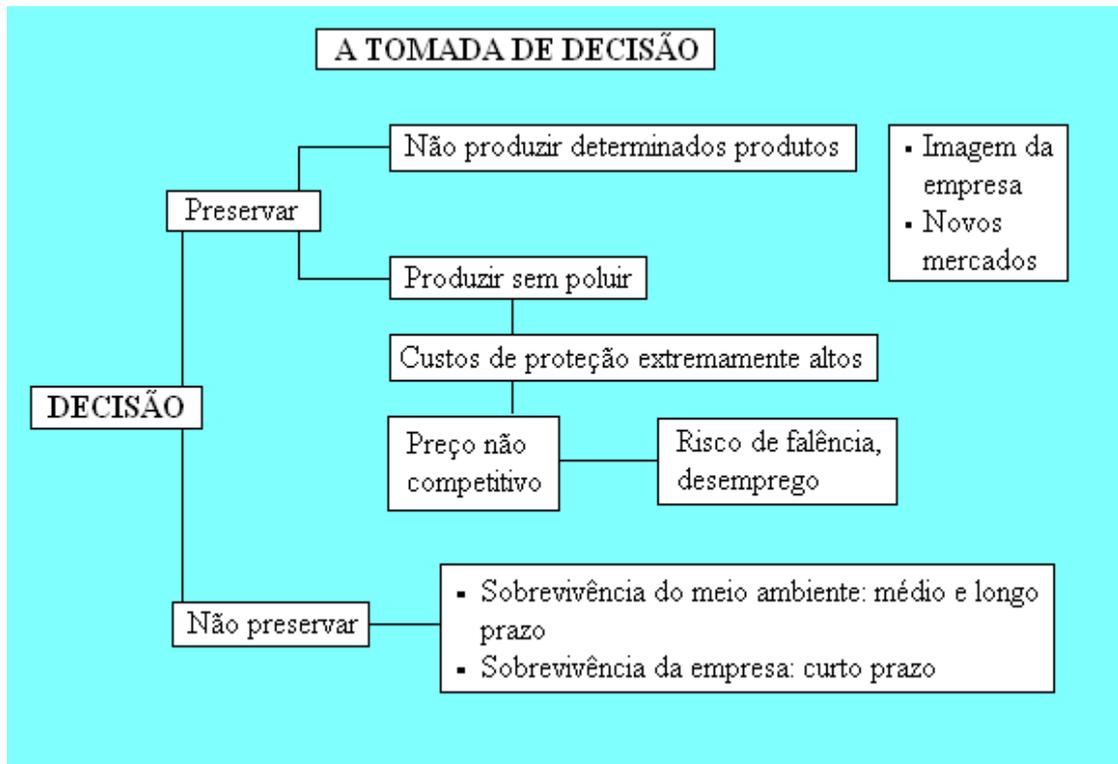


Figura 2.1: Processo decisório na gestão ambiental
Fonte: Ferreira (2003, p.34)

Constata-se que muitas vezes o benefício econômico, redução do consumo de água, energia, etc., não é o suficiente para superar os custos gerados pela implantação de uma gestão antipolvente, maquinário, treinamento, consultorias, mão-de-obra especializada.

E as empresas, principalmente de pequeno e médio porte, acabam optando por continuar a produzir da maneira convencional, ou seja, poluindo e desgastando os recursos naturais existentes, até mesmo, como uma forma de sobreviver no mercado.

A sobrevivência da organização, do ponto de vista do empresário, é algo que deve ser avaliado a curto prazo, e a sobrevivência do meio ambiente acaba ficando em segundo plano: é avaliada no médio e longo prazo, apenas.

Mas para aqueles que acreditam que a permanência no mercado realmente depende da aplicação de políticas ambientais voltadas a promover o desenvolvimento sustentável, tem-se o sistema de gestão ambiental (SGA) como uma ferramenta estratégica.

2.3.1 Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Tinoco e Kraemer (2004, p.121) inferem que:

Um sistema de gestão ambiental pode ser definido como um conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente. Consiste, essencialmente, no planeamento de suas atividades, visando à eliminação ou minimização dos impactos ao meio ambiente, por meio de ações preventivas ou medidas mitigadoras.

A implantação de um SGA ainda não é obrigatória. Porém, a globalização e conseqüente exigência do comércio internacional motiva as empresas a aplicarem o sistema, que pode ser de criação própria da entidade ou baseado em um modelo genérico já existente.

Diversas normas foram criadas em todo o mundo com o intuito de regulamentar a aplicação de um sistema de gestão ambiental. A primeira a surgir foi a BS7750, criada pelo British Standards Institution (BSI) em 1992. (BARBIERI, 2006).

Espelhado nela, surgiram várias outras, dentre elas uma das mais conhecidas e de abrangência mundial, a ISO 14000 e suas subséries. Para (Ribeiro, 2006) a “família” [grifo meu] ISO 14000 veio para estabelecer diretrizes destinadas a promover a implantação e manutenção de um sistema de gestão ambiental, homogeneizando o comportamento e as ações das companhias sobre a interação com o ambiente natural.

Mas para que uma empresa desenvolva um SGA de acordo com a família ISO 14000 é necessário, antes de tudo, que ela tenha bem definida sua política ambiental, ou seja, ela deve verificar qual a sua postura perante o meio ecológico.

Após ter a definição clara desta postura, vem a fase do planejamento, que consiste, basicamente, em avaliar a política ambiental adotada e projetar planos de ações voltados a minimizar os danos causados ao meio ambiente.

Planejado o SGA, vem a fase de execução propriamente dita, que de acordo com Ribeiro (2006, p.151), “caracteriza-se, substancialmente, pela implementação do planejamento operacional, conforme as diretrizes estabelecidas; [...] é a transformação dos planos em ações”.

É neste momento que os colaboradores da entidade que está adotando o SGA passa por um processo de conscientização, imposição de responsabilidades e treinamento rígido, para garantir que haja o comprometimento de todos aqueles ligados à organização.

Implementado o sistema de gerenciamento ambiental, tornam-se extremamente necessários o controle e revisão periódicos, com a finalidade de identificar possíveis problemas e promover, então, a solução através de ações corretivas e preventivas.

Dentre os modelos de SGA já existentes, têm-se como exemplo, o método GAIA e o SICOGEA. O método Gaia surgiu como resultado da tese de doutorado do Professor Alexandre Leripio e aborda o Gerenciamento de Aspectos Ambientais com ênfase na sustentabilidade ambiental.

Após algumas aplicações, verificou-se a necessidade do aporte da contabilidade e controladoria ambiental, vindo, então, a surgir o SICOGEA – Sistema Contábil Gerencial Ambiental, mencionado no item 2.3.1.1.

2.3.1.1 Sistema Contábil Gerencial Ambiental – SICOGEA

O SICOGEA foi desenvolvido no ano de 2004 por uma professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Dra. Elisete Dahmer Pfitscher. De acordo com a autora, a implantação do sistema

contempla um ambiente corporativo de parcerias, com interesses comuns. Trata-se de um processo complexo, onde os gestores devem trabalhar numa linha de conscientização na preservação do meio ambiente com redução de impactos nocivos e probabilidade de sustentabilidade das empresas envolvidas.

É importante salientar que inicialmente o sistema foi desenvolvido com o principal foco voltado a empresas rurais, e por isso sua estrutura apresenta alguns termos específicos desta área. Contudo, cabe ressaltar que com adaptações, o sistema é aplicável a qualquer ramo de empresas, inclusive àquelas prestadoras de serviço como é o caso dos hotéis.

O SICOGEA é dividido em três etapas, integração da cadeia produtiva, gestão e controle ecológico e gestão da contabilidade e controladoria ambiental, e cada uma das etapas comporta diversas fases. Tem-se, na Figura 2.2, a contemplação da estrutura completa do SICOGEA, e logo após, uma breve elucidação a respeito de cada etapa de que o sistema é composto.

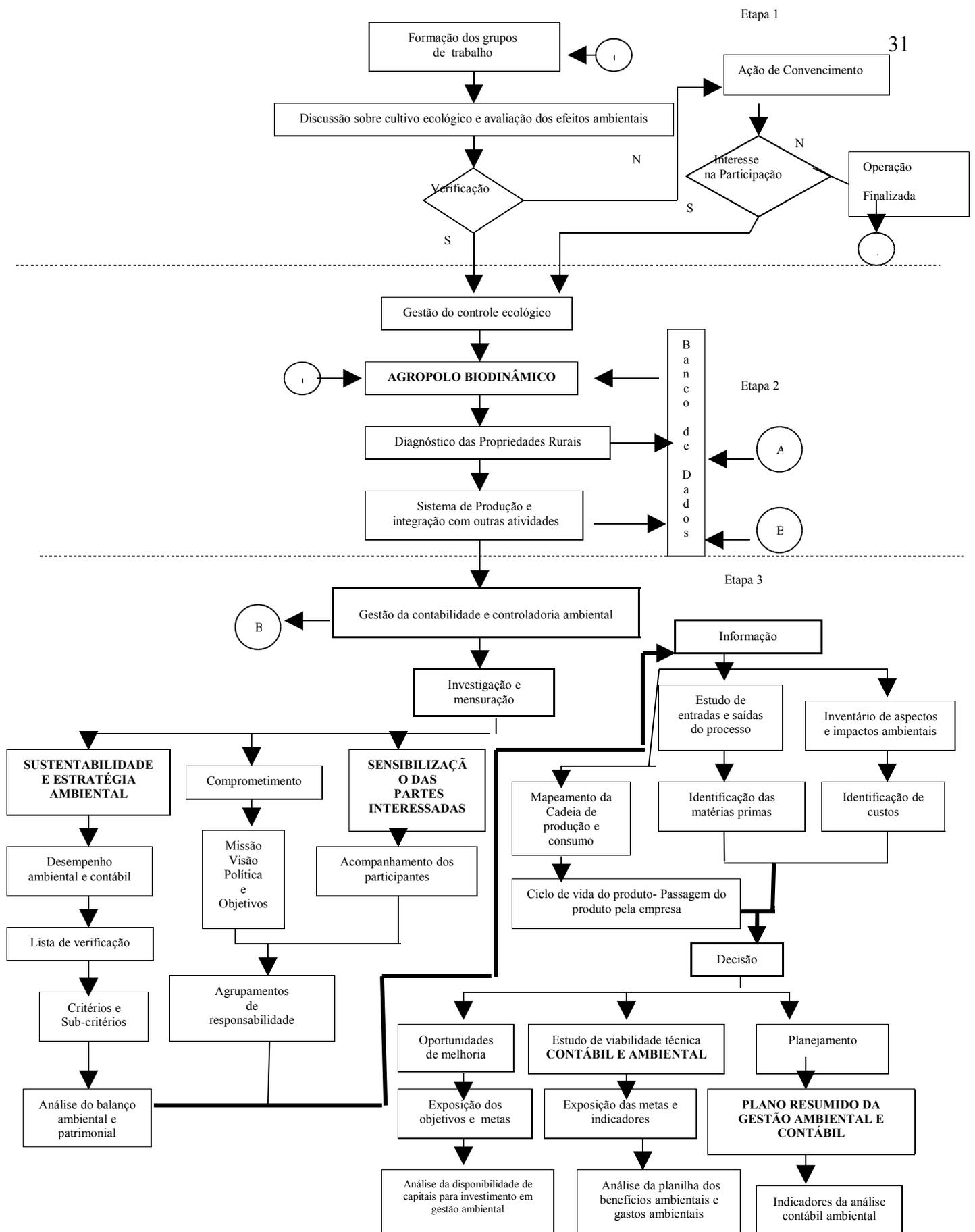


Figura 2.2: Estrutura do SICOGEA

Fonte: Pfitscher (2004, p. 105)

A primeira etapa do sistema, integração da cadeia produtiva, compreende, basicamente, a mobilização daqueles que participam do gerenciamento do processo produtivo. É nesta etapa que se dá a formação dos grupos de trabalho que irão discutir sobre o modo como está se desenvolvendo a produção ou prestação de serviço, e os efeitos ambientais que poderão ser ocasionados, além da exposição das vantagens de se ter um sistema de gestão ecológico que possui o auxílio da contabilidade e da controladoria ambiental.

Após a explanação dessas informações, é verificado se há interesse por parte do empresário em efetivamente implantar o SICOGEA. Caso positivo, tem-se a iniciação da segunda etapa de que o sistema é composto: a gestão do controle ecológico.

Neste momento, Pfitscher (2004) assevera que é verificada a realidade sócio-econômica da região em que está localizada a empresa, além de ser feito um diagnóstico da entidade através do levantamento patrimonial ambiental existente. Todas as informações coletadas nesta etapa são registradas e armazenadas em um banco de dados para futuras consultas.

É neste momento, também, que novas técnicas de produção ou de prestação de serviços podem ser experimentadas com o objetivo principal de tornar mais eficiente todo o processo produtivo.

Na terceira e última etapa, apresenta-se num primeiro momento, a verificação do grau de sustentabilidade da empresa através da adoção de uma lista de verificação e da análise, se existir, do balanço ambiental patrimonial da entidade.

Na primeira fase desta terceira etapa, tem-se, também, após a identificação do grau de sustentabilidade, o comprometimento por parte do empresário e de seus colaboradores e o estabelecimento ou aperfeiçoamento de sua Missão, de sua Visão, de sua política e de seus objetivos almejadas com a implantação do SICOGEA.

Nesta fase há, também, uma sensibilização das partes interessadas, um acompanhamento dos participantes e a formação de agrupamentos de responsabilidade. E de acordo com Porter (1990 *apud* PFITSCHER, 2004, p. 131),

estes grupos podem criar vantagens competitivas dentro de um setor ou de vários, em regiões geográficas específicas, interagindo com a comunidade empresarial, ONGs e a sociedade civil, em sua concepção mais ampla, bem como o setor público voltado para a melhoria do desempenho social e ambiental da empresas.

Em um outro momento, tem-se a segunda fase da terceira etapa que resumidamente corresponde ao mapeamento do ciclo de produção ou prestação de serviço, o estudo das entradas e saídas dos insumos que transitam pelo processo produtivo e o desenvolvimento de

uma planilha destinada a inventariar os principais aspectos e impactos ambientais que envolvem a empresa.

Logo após, tem-se a terceira fase da terceira etapa do SICOGEA. Pfitscher (2004, p.135) esclarece que “esta fase mostra as ações para continuidade da empresa no mercado. Estuda formas de oportunidades de melhoria, viabilidade técnica, contábil-ambiental e planejamento”.

É nesta fase que são avaliadas e levadas em consideração todas as informações disponíveis no banco de dados desenvolvido anteriormente, na lista de verificação que avaliou o grau de sustentabilidade da empresa, e na planilha que contém registrado o inventário dos principais aspectos e impactos ambientais que envolvem a entidade.

De posse de todas essas informações o gestor ambiental juntamente com os outros gestores será capaz de decidir quais os novos rumos que serão traçados pela empresa, e assim, promover o desenvolvimento de uma produção mais limpa voltada, principalmente, a preservação do meio ambiente.

2.4 Hotelaria

Nesta seção serão abordados os principais fatos históricos que marcaram a hotelaria no mundo e mais especificamente no Brasil.

2.4.1 Breve Histórico da Hotelaria no Mundo

A hotelaria é uma das mais antigas atividades humanas, e de acordo com Duarte (1996 *apud* ELLER, 2002) surgiu por volta do séc. IV a.C., na cidade de Olímpia, na Grécia. As hospedarias criadas nesta época tinham o objetivo de abrigar os visitantes que prestigiarão os Jogos Olímpicos, e eram chamadas de *Ásylon* ou Asilo.

Mais tarde, durante o período do Império Romano, diversos acontecimentos como a abertura de estradas, o desenvolvimento da navegação, a construção de teatros, circos, a

divisão entre os dias de trabalho e lazer, e principalmente as peregrinações cristãs, que segundo o Brasil Escola, eram longas caminhadas em direção a Terra Santa para a purificação da alma, favoreceram a criação de outras hospedarias que ficaram conhecidas pelos nomes de *Ostellum* e Estalagens.

Após o período do Império Romano veio a Idade Média, e junto com ela o surgimento da palavra hotel. De acordo com Da Re *et al.* (2000, p.113), “em 829, em Paris, um hospital usa pela primeira vez o vocábulo Hotel (*Hotel Dieu*)”.

Na Idade Média, o aumento no número de hospedarias se deu não somente pelas peregrinações religiosas em direção a Terra Santa que continuaram a ocorrer, mas também pelo surgimento das Cruzadas, que segundo o Brasil Escola, “são tradicionalmente definidas como expedições de caráter “militar” [grifo do autor] organizadas pela igreja, para combaterem os inimigos e libertarem a Terra Santa (Jerusalém) das mãos desses infiéis”.

Posteriormente à Idade Média, veio o Renascimento, período da expansão de movimentos artísticos e culturais; e, conjuntamente, o mercantilismo, que se caracterizou pelo grande desenvolvimento do comércio entre o ocidente e o oriente. Nesse período Re *et al.* (2000) asseveram que a palavra “*Hospitale*” [grifo do autor], vocábulo francês que significa hospedar, foi utilizada pela primeira vez.

Nesta mesma época, mais precisamente no ano de 1561, foi regulamentada a cobrança de tarifas das pousadas da França, e seus proprietários foram convocados a oferecer serviços de hospedagem mais confortáveis aos seus clientes. (LEMOS, 2002).

Tempos depois, surgiu a Revolução Industrial, ocorrida entre o ano de 1760 e 1850, e marcada por grandes transformações sociais. Nesse período, pontualmente no ano de 1829, foi construído na cidade de Boston o primeiro hotel de primeira classe, o *Tremont House*. Em estilo neoclássico, fachada de granito, 170 apartamentos, contou com a presença de diversos novos cargos, como, capitão porteiro, mensageiros e recepcionistas, além de algumas comodidades, como, bacia e sabão grátis para a higiene, e iluminação a gás.

Recentemente, por volta do séc. XX, com o fim da I Guerra Mundial, o mundo passa a contar com o turismo em massa. E como consequência, o aquecimento da indústria hoteleira torna-se inevitável. Surgem, então, as primeiras cadeias internacionais: *Hilton, Hollyday, Inn, Marriot*, etc. (Da Re *et al.*, 2000).

Atualmente, verifica-se que este peculiar setor de serviços continua em ascensão. A procura por SPA's, flats, resorts, apart-hotéis, etc. é bastante grande e se faz presente em todos os cantos do mundo, inclusive no Brasil.

2.4.2 Breve Histórico da Hotelaria no Brasil

A história da hotelaria no Brasil iniciou-se no início do séc. XVII, quando Marcos Lopes foi oficializado o primeiro hoteleiro nacional. (LEMOS, 2002).

Anos depois, no séc. XVIII, São Paulo foi prestigiada pela visita de um francês chamado Charles Burton que teve a oportuna idéia de classificar as hospedarias existentes na época em cinco categorias, conforme Gabriela e Rizzo (2004, p.16):

- 1ª categoria – simples pouso de tropeiro;
- 2ª categoria – telheiro coberto ou rancho ao lado das pastagens;
- 3ª categoria – venda, corresponde a “pulperia” [grifo do autor] dos hispano-americanos, mistura de venda e hospedaria;
- 4ª categoria – estalagens ou hospedarias;
- 5ª categoria – hotéis.

Curiosamente, neste período, só podiam se hospedar nos hotéis as pessoas que tinham uma carta de recomendação.

Durante o séc. XVIII desenvolveu-se, também, no Brasil um outro tipo de hospedagem criada pelos jesuítas e outras ordens religiosas e destinada a abrigar visitantes ilustres.

Algum tempo depois, no ano de 1908, tem-se a fundação do primeiro majestoso hotel do Brasil, o Hotel Avenida. Este hotel localizava-se na cidade do Rio de Janeiro e possuía 220 quartos. (MALUF, 2005).

Também na cidade do Rio de Janeiro foi fundado no ano de 1923 o Copacabana Palace. Coberto de requinte e com características européias, o Hotel continua sendo um dos mais visitados pelos turistas nacionais e internacionais que passam pelo Rio.

Até o período correspondente a década de 70, os hotéis, basicamente, eram de propriedade familiar e não traziam consigo um completo profissionalismo em sua administração.

Andrade *et al* (2000 *apud* LEMOS, 2002, p.65) descreve que:

A hotelaria profissionalizada só chegou no Brasil depois da abertura do Hilton Hotel em 1971, na cidade de São Paulo. Este hotel foi o principal responsável pelo início da profissionalização dos serviços hoteleiros com a introdução de cargos de Governante Executiva, Gerente de Recepção e Gerente de Alimentos e Bebidas.

A partir desta década pode-se observar um grande aumento de instalações destinadas à hospedagem, e uma seriedade maior na administração das mesmas, graças a vinda das redes internacionais de hotéis para o Brasil.

Ao contrário do que se observou na década de 70, a década de 80 foi marcada por um baixo crescimento da oferta e demanda hoteleira. A crise econômica em que passava o país e o fim dos financiamentos de longo prazo e dos incentivos fiscais desfavoreceu qualquer indício de empreendedorismo e investimento no ramo de hotéis por parte dos empresários.

Surgiu, então, uma nova forma de hospedagem que atraiu tanto os investidores, pelo seu baixo custo de manutenção, quanto os usuários que passaram a pagar menos pela hospedagem, contudo, continuaram a usufruir dos mesmos serviços de qualidade: Eram os Flat Services, também conhecidos como Apart - Hotéis.

Já na década de 90, pode-se observar um novo “desabrochar” [grifo meu] da hotelaria. Com o início do governo Collor, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS) começou a oferecer uma linha de crédito especial para a construção de hotéis. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS).

Atualmente, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), “o parque hoteleiro nacional possui hoje 25 mil meios de hospedagem, e deste universo 18 mil são hotéis e pousadas”.

Ressalta-se que com a crescente busca pelo turismo de lazer, o surgimento de Resorts, grandes construções horizontais compostas, principalmente, de aparatos de entretenimento, foi inevitável. E hoje, com o objetivo de atrair turistas de todo o mundo, diversos projetos estão saindo do papel.

3 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo, tem-se a apreciação do estudo de caso aplicado ao Resort Costão do Santinho.

Primeiramente faz-se uma breve apresentação da empresa pesquisada. E logo, apresenta-se a aplicação parcial do SICOGEA – Sistema Contábil Gerencial Ambiental, no Resort estudado, com as devidas análises dos resultados obtidos.

3.1 Apresentação da Empresa

O Santinho Empreendimentos Turísticos S/A, conhecido como Resort Costão do Santinho, foi fundado no ano de 1995 e está localizado a 35Km do centro de Florianópolis na praia do Santinho. Pode-se verificar no Anexo A, fotos do empreendimento. (COSTÃO DO SANTINHO).

Considerado um dos maiores resorts do Brasil e o melhor em infra-estrutura do Sul do país, o empreendimento conta com uma estrutura física formada por 14 Vilas (Figura 3.6) que comportam 577 apartamentos (Figura 3.8), Ala Internacional (Figura 3.5) composta por 118 suítes (Figura 3.7), SPA, complexo esportivo (Figura 3.9) e aquático, marina, bares, 6 restaurantes (Figura 3.10) com gastronomia variada e salões de eventos (Figura 3.11).

Todo o Resort está distribuído em uma área total de 1 milhão de m², sendo 750 mil m² de mata atlântica, costões rochosos e dunas, preservadas dentro de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN – título obtido no ano de 1999), e 250m² de área construída.

Possui uma política ambiental atuante e abrangente na proteção e valorização do patrimônio natural, e por esse motivo, foi o primeiro resort de praia do Brasil a conquistar a certificação ISO 14001. Essa certificação se deu no ano de 2000 e se mantém até hoje, ano de 2006, graças às auditorias constantes realizadas dentro da empresa.

Além deste, o Resort possui diversos outros prêmios que atestam sua qualidade na prestação do serviço, como o Prêmio Máster de Turismo obtido no ano de 1995, Prêmio Expressão de Ecologia obtido em 1996, Certificação ISO 9002 obtido em 1999, entre outros.

Constatou-se que o Resort pratica diversas ações que comprovam sua preocupação em preservar e conservar o meio ambiente. Efetua a coleta seletiva de lixo reciclável, promove programas de educação ambiental e recupera trechos da reserva ecológica. Figura 3.2 apresenta uma parte desta reserva.

3.2 Aplicação Parcial do SICOGEA

O SICOGEA, Sistema Contábil Gerencial Ambiental, tem como principal objetivo oferecer aos seus usuários benefícios direcionados aos vários setores da empresa, assim como oferecer, também, benefícios ao meio ambiente, pois proporciona o aporte necessário para que se possa além de diagnosticar, prevenir possíveis transtornos ocasionados pela má gestão ambiental.

Como explicitado no capítulo 2.3.1.1 deste trabalho, a estrutura do SICOGEA é composta por três importantes etapas. Porém, a grande dimensão apresentada na aplicação integral do SICOGEA limita este trabalho a apresentar apenas o emprego da primeira fase da terceira etapa deste sistema que trata, especificamente, da Investigação e Mensuração.

Tem-se na Figura 3.1 a estrutura completa desta primeira fase da terceira etapa.

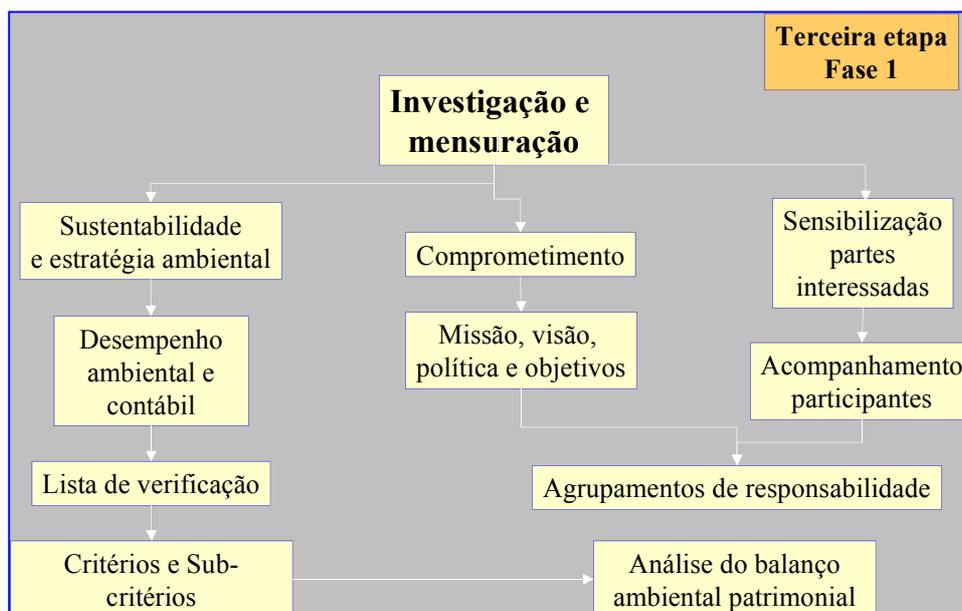


Figura 3.1: Estrutura da primeira fase da terceira etapa do SICOGEA

Fonte: Pfitscher (2004, p. 120)

Em seguida, tem-se a análise da Sustentabilidade e Estratégia Ambiental, do Comprometimento e da Sensibilização das Partes Interessadas.

3.2.1 Sustentabilidade e Estratégia Ambiental

Partindo do conteúdo da Figura 3.1, fez-se primeiramente uma análise da sustentabilidade e estratégia ambiental da Empresa, através da verificação do desempenho ambiental e contábil, da lista de verificação aplicada no Resort, dos critérios e sub-critérios relacionados a esta lista, e, por fim, da análise do balanço patrimonial ambiental da empresa.

a) Desempenho ambiental contábil

O Resort Costão do Santinho possui em suas instalações diversos ativos e passivos destinados a conservação e preservação do meio ambiente. Contudo, apesar de não possuir demonstração contábil específica, a empresa possui diversos relatórios ambientais. Porém, estes relatórios não são divulgados publicamente.

Vê-se, portanto, que esta não divulgação dificulta, e até mesmo, impede que se faça neste trabalho uma análise do desempenho ambiental e contábil do Resort.

b) Lista de verificação

Dando continuidade a análise da sustentabilidade e estratégia ambiental da Empresa, aplicou-se, então, no Resort uma lista de verificação composta por 120 questões catalogadas sob a forma de critérios e sub-critérios, com a finalidade de atender todos os setores operacionais e administrativos da entidade.

Estas 120 questões presentes na lista de verificação aplicada foram divididas da seguinte maneira: Para o critério 1 – **Fornecedores** - foram aplicadas 14 questões. O critério 2 – **Eco-eficiência do serviço prestado** – possui 47 questões que foram divididas em seis sub-critérios expostos da seguinte forma: Sub-critério a – **Melhoria contínua do serviço prestado** – 12 questões; sub-critério b – **Nível de tecnologia utilizada** – 8 questões; sub-critério c – **Aspectos e impactos ambientais da prestação de serviços** – 13 questões; sub-critério d –

Tratamento de hóspedes – 3 questões; sub-critério e – **Recursos humanos na organização** – 8 questões; e sub-critério f – **Disponibilidade de capital** – 3 questões.

O critério 3 – **Indicadores contábeis** – conta com 35 questões estruturadas em três sub-critérios: sub-critério a – **Indicadores ambientais de bens, direitos e obrigações** – com 10 questões; sub-critério b – **Indicadores ambientais de contas de resultado** – com 11 questões; e sub-critério c – **Indicadores de demonstração ambiental específica** – com 14 questões.

O critério 4 – **Indicadores gerenciais** – com 20 questões. E por fim, o critério 5 – **Utilização do serviço** - com 4 questões. Ambos sem a segregação em sub-critérios.

As respostas obtidas foram dispostas da seguinte maneira: “A” – Adequada, “D” – Deficitária e “NA” – Não de aplica a empresa. Para o cálculo geral e detalhado da sustentabilidade empresarial do Resort foi utilizada a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Total de quadros "A"} \times 100}{\text{Total de questões} - \text{Total de quadros "NA"}}$$

A lista de verificação aplicada no Resort Costão do Santinho foi respondida por *e-mail* pelos responsáveis dos setores de Contabilidade e de Qualidade Total do empreendimento, embora a empresa tenha sido visitada anteriormente pela autora, para que, assim pudesse ser dado continuidade ao trabalho, conforme “Apêndice”.

Assim, após o término do preenchimento desta lista, faz-se uma análise dos critérios e sub-critérios mencionados anteriormente.

Análise da lista de verificação

Para a análise dos resultados obtidos com a aplicação da fórmula do cálculo da sustentabilidade do empreendimento, foi utilizado como referência o Quadro 3.2, abaixo.

Resultado	Sutentabilidade	Desempenho: controle, incentivo, estratégia competitiva
Inferior a 50%	Deficitária - "D"	Fraco, pode estar causando danos ao meio ambiente.
Entre 51% e 70%	Regular - "R"	Médio, atende somente à legislação.
Acima de 71%	Adequado - "A"	Alto, valorização ambiental e prevenção da poluição.

Quadro 3.2: Avaliação da sustentabilidade e desempenho ambiental

Fonte: Pftischer (2004, p. 130).

Sustentabilidade geral

Com a aplicação da fórmula: (total de quadros “A” x 100) dividido por (total de questões – total de quadros “NA”), tem-se o resultado da sustentabilidade geral, que neste estudo de caso no Resort mencionado, foi de 75%.

Utilizando-se como referência o Quadro 3.2, que determina que uma sustentabilidade acima de 75% é considerada adequada, percebe-se que o Resort possui como princípio a valorização ambiental e prevenção da poluição. Ou seja, seu grau de sustentabilidade geral é considerado satisfatório.

A seguir, tem-se o resultado e uma análise concisa da sustentabilidade parcial por critérios e sub-critérios.

Sustentabilidade parcial por critérios e sub-critérios

Para esta análise, utilizou-se da fórmula anteriormente citada, e chegou-se ao seguinte resultado exposto no Quadro 3.3.

Crítérios	Sub-critérios	Sustentabilidade
1 - Fornecedores	-x-	76,00%
2 – Eco-eficiência do serviço prestado	a) Melhoria contínua do serviço prestado	58,00%
	b) Nível de tecnologia utilizada	50,00%
	c) Aspectos e impactos ambientais da prestação de serviço	69,00%
	d) Tratamento de hóspedes	100,00%
	e) Recursos humanos na organização	62,50%
	f) Disponibilidade de capital	100,00%
3 - Indicadores contábeis	a) Indicadores ambientais de bens e direitos e obrigações	90,00%
	b) Indicadores ambientais de contas de resultado	63,64%
	c) Indicadores de demonstração ambiental específica	92,86%
4 - Indicadores gerenciais	-x-	76,47%
5 - Utilização do serviço	-x-	75,00%

Quadro 3.3: Sustentabilidade parcial por critério e sub-critério do Resort Costão do Santinho
Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Pfitscher (2004, p. 164).

Dando continuidade ao estudo de caso, faz-se necessário analisar cada um dos critérios adotados na lista de verificação, e, por conseguinte os sub-critérios relacionados a ela.

Critério 1 – Fornecedores

Na avaliação deste critério, verificou-se que o grau de sustentabilidade obtido foi de 76%, o que representa um nível adequado de preocupação com o meio ambiente. Este percentual não pode ser superior pois conforme constatado na lista de verificação, os principais fornecedores do Resort não são certificados pelas normas ambientais ISO 14001.

Além disto, constatou-se que as compras efetuadas pelo Resort não incluem somente produtos recicláveis. E para aqueles que o são, nem sempre é dado o devido tratamento pós uso, pelos fornecedores.

Critério 2 – Eco-eficiência do serviço prestado

Para o critério “Eco-eficiência do serviço prestado” foi estabelecido um índice de 70,45 %, o que representa um grau de sustentabilidade regular. Portanto, analisando este critério isoladamente, percebe-se que neste quesito, eco-eficiência do serviço prestado, o Resort apresenta uma preocupação em preservar o meio ambiente apenas com requisito de atender a legislação.

Contudo, faz-se necessário descrever mais detalhadamente o resultado obtido, através da análise dos sub-critérios, conforme abaixo.

→ Sub-critério a – Melhoria contínua do serviço prestado

De acordo com o Quadro 3.2, o resultado do índice de sustentabilidade obtido com o sub-critério “Melhoria contínua do serviço prestado” foi de 58%, considerado regular.

Este, relativamente, baixo índice se deu principalmente pelo fato de que os serviços prestados pelo Resort demandam um alto consumo de energia. Além disto, verificou-se que durante esta prestação de serviços são gerados resíduos considerados perigosos e potencialmente poluentes ao meio ambiente.

→ Sub-critério b – Nível de tecnologia utilizada

Para este sub-critério foi diagnosticado o índice de sustentabilidade mais baixo de toda a lista de verificação, 50%. Este baixo índice é bastante preocupante, visto que determina um grau de sustentabilidade deficitário.

Provavelmente este resultado foi causado pela baixa automação da tecnologia utilizada pelo Resort, pela utilização de recursos não renováveis para manutenção desta tecnologia, e pela falta de independência, ou seja, para que essa tecnologia seja mantida em funcionamento verificou-se que o Resort utiliza-se de produtos ou serviços prestados por fornecedores e não somente por recursos próprios.

→ Sub-critério c – Aspectos e impactos ambientais

O cálculo do grau de sustentabilidade estabeleceu um índice de 69% para este sub-critério. Índice, este, considerado regular, já que o Resort, no ato de prestar o serviço,

apresenta um alto consumo de água, e o que é pior, esta água provém de subestação comunitária.

Outro fator que contribuiu para este resultado foi a constatação de que durante o processo de prestação de serviço, o Resort gera efluentes, sólidos líquidos e gasosos, nocivos a preservação do meio ambiente.

→ **Sub-critério d – Tratamento de hóspedes**

O sub-critério “Tratamento de hóspedes” atingiu o nível máximo de sustentabilidade, 100%. Observou-se que o Resort apresenta uma ótima estrutura física e de pessoal para atendimento a seus clientes, e, além disto, é importante ressaltar que esses mesmos clientes possuem conhecimento de que o Resort se preocupa com o meio ambiente.

→ **Sub-critério e – Recursos humanos na organização**

O grau de sustentabilidade alcançado por este sub-critério foi de 62,5%, considerado regular.

Apesar de o Resort contar com uma alta administração e corpo gerencial efetivamente comprometidos com a gestão ambiental, a maior parte dos colaboradores não tem especialização nesta área, e nem estão voltados a inovações tecnológicas.

→ **Sub-critério f – Disponibilidade de capital**

Assim como verificado no sub-critério “Tratamento de hóspedes”, este sub-critério também contou com um grau de sustentabilidade de 100%.

Este alto desempenho obtido se deu em razão da existência de capital próprio disponível no Resort para investimento na gestão ambiental, da falta de restrição legal para obtenção de empréstimos destinados ao melhoramento desta gestão, e do lucro que a empresa vem auferindo com o gerenciamento dos resíduos gerados.

Critério 3 – Indicadores contábeis

Para o critério “Indicadores contábeis” foi obtido um adequado grau de sustentabilidade, 82,86%. Com a análise feita abaixo das respostas obtidas nos sub-critérios que envolvem os indicadores contábeis, pode-se perceber melhor o porque deste índice não ter sido superior.

→ **Sub-critério a – Indicadores ambientais de bens, direitos e obrigações**

Para este sub-critério, obteve-se um índice de 90%, considerado adequado de acordo com o Quadro 3.2 utilizado como parâmetro. Constatou-se que o Resort possui em suas instalações bens, direitos e obrigações relacionados a indicadores ambientais. Como exemplo, pode-se citar a existência de insumos ambientais, de gastos com pesquisa e desenvolvimento de tecnologias ambientais, de salários e encargos a pagar a especialistas da área ambiental, entre outros.

Contudo, percebeu-se que quanto aos elementos presentes no ativo permanente, a empresa não possui grande variedade. Possui apenas alguns bens em uso destinados a proteção e preservação ambiental.

→ **Sub-critério b – Indicadores ambientais de contas de resultado**

No cálculo do grau de sustentabilidade deste sub-critério obteve-se um índice de 63,64%, considerado regular. Apesar de o Resort possuir despesas com honorários de pessoal especializado na área ambiental, e da Empresa não pagar, atualmente multas e indenizações por acidentes ambientais ou falhas operacionais, constatou-se algumas deficiências relacionadas aos “Indicadores ambientais de contas de resultados” que fizeram com que a Empresa não obtivesse um índice de sustentabilidade maior: O Resort não tem auferido receitas relativas a valorização do meio ambiente, além de não consumir recursos para controle, preservação, proteção ambiental de perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição.

→ **Sub-critério c – Indicadores de demonstração ambiental específica**

O índice de sustentabilidade obtido para o sub-critério “Indicadores de demonstração ambiental específica” foi de 92,86%, ótimo.

Pela análise deste sub-critério da lista de verificação, pode-se constatar que o Resort “pecou” [grifo do autor] em apenas uma questão levantada: A Empresa não possui demonstração ambiental específica. Contudo, esta falta de demonstrativo específico é amenizada pela existência do Balanço Social que, além de outras informações, traz consigo a presença de indicadores ambientais específicos.

Critério 4 – Indicadores gerenciais

Feita a análise do grau de sustentabilidade dos aspectos relacionados aos indicadores gerenciais, obteve-se um índice de 76,47% de sustentabilidade. Apesar de ser considerado um

índice adequado, faz-se necessário destacar alguns pontos chaves que limitaram o aumento deste percentual.

Verificou-se que a organização em estudo é ré em ação judicial referente à poluição ambiental, acidentes ambientais e/ou indenizações trabalhistas. Constatou-se, também, que o Resort não trabalha com custos ambientais de prevenção, e que a avaliação do processo de falhas internas e externas da administração do empreendimento é feita apenas a cada três meses. Isto quer dizer que em caso de um incidente grave, a avaliação trimestral será tardia para que os prejuízos ambientais sejam amenizados.

Critério 5 – Utilização do serviço

Para este critério foi estabelecido um grau de sustentabilidade de 75%, considerado adequado.

Entretanto, mesmo sendo verificado que o serviço prestado requer a atenção e o cuidado por parte do usuário, e que o consumidor deste serviço possui alto nível de esclarecimento quanto aos aspectos ambientais, observou-se que a prestação desses serviços costuma causar impacto ou risco potencial ao meio ambiente.

c) Análise do balanço ambiental e contábil

Nesta etapa do trabalho seria feito uma avaliação do balanço ambiental conjuntamente ao balanço patrimonial. Contudo, como se verificou anteriormente, o Resort não efetua escrituração de bens, direitos e obrigações. Ou seja, ele não possui demonstração ambiental específica, impossibilitando, então, a análise referenciada.

Torna-se interessante observar que por se tratar de um empreendimento de Sociedade Anônima, o Resort Costão do Santinho publica suas demonstrações contábeis anualmente. Contudo, por não possuir em seu conteúdo itens ambientais específicos, a análise individual dessas demonstrações passa a ser impertinente ao que se propõe este estudo.

3.2.2 Comprometimento

Após a análise e avaliação dos dados obtidos, compartilha-se o resultado do estudo com a empresa pesquisada com o objetivo de achar a melhor maneira de sensibilizar as partes interessadas. Os pontos mais críticos analisados tendem a ser priorizados nas novas estratégias ambientais traçadas pela empresa.

Observou-se, com este estudo de caso, que o Resort Costão do Santinho, com exceção do sub-critério “Nível de tecnologia utilizada” que obteve um índice de sustentabilidade de 50%, considerado deficitário, possui em geral um grau de sustentabilidade adequado.

Outro fato que demonstra o comprometimento com a conservação e preservação ambiental é a certificação ISO 14001 obtida pelo Resort no ano de dois mil. Ressalta-se que periodicamente a Empresa passa por auditoria, e, que devido a isto, ela manteve sua certificação até o presente ano de dois mil e seis.

Missão, visão, políticas e objetivos

Após compartilhar os resultados obtidos com a empresa estudada e verificar que a mesma deseja se comprometer em aperfeiçoar suas atividade em favor do meio ambiente, tem-se, se necessário, a formulação ou adequação da missão, visão, política e objetivos da empresa.

Consta abaixo, um resumo das políticas de qualidade total adotadas pelo Resort, que por já terem sua formulação voltada ao comprometimento ambiental foram efetuados apenas alguns ajustes.

✓ **Melhoria contínua**

Buscar a melhoria contínua do desempenho ambiental do empreendimento.

✓ **Prevenção da poluição**

Incorporar o conceito de prevenção em todos os processos e atividades, especialmente no que diz respeito à paisagem e a estética ambiental da região do empreendimento.

Implementar e manter processos de gestão de resíduos sólidos, enfatizando a reciclagem e a coleta seletiva.

✓ Requisitos legais

Atender a legislação ambiental e outros requisitos aplicáveis às atividades e serviços do empreendimento.

✓ Uso de recursos naturais

Usar racionalmente a energia, a água e o solo nas operações do empreendimento, sempre com o objetivo de sua conservação.

✓ Fauna e flora terrestre

Promover ações que conservem a fauna e flora terrestres inseridas nas suas propriedades, especialmente no Morro das Aranhas.

✓ Mar

Assegurar que as suas ações não alterem a qualidade das águas da região sob influência do empreendimento.

✓ Cultura

Investir no patrimônio arqueológico existente no empreendimento objetivando a sua preservação e valorização, mantendo-o acessível ao uso público.

Priorizar os traços da colonização portuguesa quando da definição dos seus equipamentos de arquitetura, decoração, resgatando e fortalecendo as raízes históricas da ilha.

✓ Pescadores

Considerar as colônias de pescadores que convivem com o empreendimento como elementos valorizados do projeto.

✓ Comunidade local

Participar de iniciativas que visem a melhoria da qualidade de vida da população local.

✓ Colaboradores

Promover o desenvolvimento profissional e social dos seus colaboradores, desenvolvendo uma consciência ambiental.

✓ Política ambiental

Assegurar que a execução e a manutenção desta política sejam responsabilidades de todos os funcionários e acionistas.

Após análise da política de qualidade total fornecida pela empresa, coloca-se como sugestão a alteração dos dois últimos quesitos da seguinte forma:

✓ Colaboradores

Promover o desenvolvimento profissional e social dos seus colaboradores, desenvolvendo uma consciência ambiental, oferecendo cursos de qualificação na área ambiental.

✓ Política ambiental

Assegurar que a execução e a manutenção desta política sejam responsabilidades de todos os funcionários e acionistas, divulgando os resultados através de Demonstração específica.

3.2.3 Sensibilização das Partes Interessadas

Consiste em visitar a empresa pesquisada e propor que sejam efetuados grupos de estudos voltados a sensibilizar aqueles que, de maneira direta ou indireta, fazem parte da rotina do Resort, como colaboradores, comunidade, clientes, fornecedores, entre outros. Consiste, também, no acompanhamento dos participantes e na formação de agrupamentos de responsabilidade.

Pela inviabilidade ocasionada por diversos fatores como tempo, recursos financeiros, etc., esta etapa do estudo de caso não foi efetivada no Resort Costão do Santinho, ficando como sugestão para futuros trabalhos.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo do trabalho apresentam-se, primeiramente, as conclusões obtidas quanto à problemática e quanto aos objetivos estabelecidos, e, posteriormente, as sugestões para futuros trabalhos.

4.1 Quanto a Problemática

A presente pesquisa estabelece a seguinte questão problema: *Como a Contabilidade Ambiental pode fornecer subsídios para a avaliação do grau de sustentabilidade do Resort Costão do Santinho?*

Pode-se constatar que, no decorrer do trabalho, a abordagem de diversos assuntos e o estudo de caso realizado com a aplicação parcial do SICOGEA, a problemática desta pesquisa foi devidamente respondida.

Percebeu-se que no momento em que foi aplicada a lista de verificação e feita as análises das respostas obtidas, classificando-as em “Adequadas”, “Deficitárias” ou “Não se aplica a empresa”, chegou-se ao resultado do grau de sustentabilidade obtido no Resort.

Dessa maneira observa-se que a Contabilidade Ambiental pode fornecer subsídios para a avaliação do grau de sustentabilidade do Resort Costão do Santinho através da aplicação do Sistema Contábil Gerencial Ambiental, desenvolvido pela professora Dra. Elisete Dahmer Pfitscher, conhecido como SICOGEA.

4.2 Quanto aos Objetivos

O objetivo principal desta pesquisa consiste em “analisar o SICOGEA, especificamente, a primeira fase da terceira etapa, em uma empresa do ramo hoteleiro”.

Assim, no terceiro capítulo deste trabalho pode-se constatar que com o estudo de caso realizado no Resort Costão do Santinho, que teve como foco a aplicação parcial do SICOGEA, atingiu-se o principal objetivo desta pesquisa.

As análises foram realizadas sistematicamente, destacando cada resultado obtido. Percebeu-se que por ser considerado uma ferramenta estratégica na gestão ambiental, o SICOGEA produz inúmeras informações, detecta deficiências e propõe maneiras de corrigi-las.

Quanto aos objetivos específicos, é importante destacar que no decorrer da pesquisa todos eles foram atingidos. Abordou-se na construção do marco teórico referencial desta pesquisa diversos assuntos, como contabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável, gestão ambiental, sistema de gestão ambiental e SICOGEA.

Falou-se também sobre a hotelaria, destacando um breve histórico de seu surgimento no Brasil e no mundo.

E no capítulo destinado a descrição e análise dos dados, ou seja, ao estudo de caso realizado no Resort Costão do Santinho, fez-se uma apresentação da empresa pesquisada e, percebeu-se que a aplicação da lista de verificação proposta pelo SICOGEA foi suficiente para analisar o grau de sustentabilidade existente nesta organização, que foi, no geral, de 75%, considerado adequado.

Porém, em uma análise mais pormenorizada percebeu-se que o sub-critério “Nível de tecnologia utilizada” foi o que apresentou menor grau de sustentabilidade, 50%. Este resultado, de acordo com o Quadro 3.2 utilizado como parâmetro, é considerado deficitário.

Constatou-se que a tecnologia utilizada no Resort demanda a utilização de recursos não renováveis, e apresenta uma razoável dependência de insumos ou serviços de fornecedores, ou seja, não é autóctone.

Contudo, diferente deste sub-critério apresentado acima, os sub-critérios “Tratamento de hóspedes” e “Disponibilidade de capital” foram os que receberam o índice máximo de sustentabilidade, 100%. Isto demonstra que a organização detém capital próprio para investimentos na gestão ambiental, e que os hóspedes do Resort têm conhecimento de que o mesmo costuma valorizar a preservação do meio ambiente, e, além disto, desfrutam de ótima estrutura física e de pessoal para o seu atendimento.

Assim, chega-se a conclusão que a empresa pesquisada apresentou um bom resultado, porém muito ainda pode ser realizado, como a própria verificação in loco dos critérios e sub-critérios, constatando a veracidade de cada ação da empresa.

Ressalta-se, entretanto, que a empresa possui comprometimento com a questão ambiental, e isto sem dúvida é um ponto positivo a ser mencionado. Porém, necessita-se divulgar, mostrar os efetivos desembolsos financeiros para tratar deste meio ambiente, e informar aos gestores a valorização disto como um investimento ambiental.

Por fim, tem-se na próxima abordagem uma lista de sugestões para trabalhos futuros.

4.3 Sugestões para Trabalhos Futuros

Por se tratar de um assunto novo e de grande finalidade, percebe-se a necessidade de explorar mais sobre o Sistema Contábil Gerencial Ambiental. Assim, têm-se as seguintes sugestões para trabalhos futuros:

- Aplicar integralmente o SICOGEA no Resort Costão do Santinho, com visitas periódicas;
- Realizar um estudo comparativo entre duas ou mais empresas deste mesmo ramo, com a aplicação parcial do SICOGEA;
- Realizar um estudo comparativo entre empresas estrangeiras e nacionais do ramo hoteleiro, com a aplicação parcial ou integral do SICOGEA;
- Adaptar a aplicação do SICOGEA a empresas de outros setores da economia.
- Analisar o SICOGEA, com envolvimento da Auditoria Ambiental, nas empresas deste ramo;

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Conceito de desenvolvimento sustentável. *Economia Net*. Disponível em: <
http://www.economiabr.net/economia/3_desenvolvimento_sustentavel_conceito.html
>. Acesso em: 11 set. 2006.

Conferência das nações unidas sobre desenvolvimento e meio ambiente. *Ministério das Relações Exteriores*, Brasília. Disponível em: <
<http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/relext/mre/agintern/meioamb/ampresent.htm>>. Acesso em: 15 set. 2006.

Costão do Santinho. Disponível em: <<http://costao.com.br>>. Acesso em: 02 de set. 2006.

Eliminar e limitar a produção, a utilização e a libertação de poluentes orgânicos persistentes. *Europa*. Disponível em: < <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l21279.htm>>. Acesso em: 15 set. 2006.

ELLER, Rosilene. *Uma sistemática para implantação do ABC na hotelaria* : um estudo de caso. 2002. 146 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FAVARIN, Andressa da Silva. *A contabilidade como forma de gestão: aplicação parcial do SICOGEA em uma empresa siderúrgica*. 2006. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FERREIRA, Cristina de Sousa. *Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atlas, 2003.

GABRIELA, Adelaide Maria; RIZZO, Évora Graciana. Influência do cartão fidelidade com a função crédito na hotelaria. *Universidade São Marcos*, São Marcos, 2004. Disponível em: <<http://nourau.smarcos.br/>>. Acesso em: 28 set. 2006.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. *Teoria da contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. A contabilidade como instrumento de gestão ambiental. *Gestiopolis*, Colômbia, 2002. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/recursos3/docs/fin/contgesamb.htm>>. Acesso em: 14 set. 2006.

LEMOS, Renato Nunes. *Proposta para a adoção de um sistema de gestão ambiental no ramo hoteleiro: um estudo de caso no Costão do Santinho Resort*. 2002. 127 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MALUF, Frederico. História da hotelaria. *Fundação Educacional de Votuporanga*, Votuporanga, 05 maio 2005. Disponível em: <http://www.fev.edu.br/canais/docentes/frederico/hotel_sua_origem.doc>. Acesso em: 28 set. 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. *Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Atlas, 2000.

MOREIRA, Maria Suely. Passivo ambiental – o conceito em debate. *Instituto de Desenvolvimento Gerencial*. Disponível em: <<http://www.indg.com.br/iso14000/texto3.asp>>. Acesso em: 05 set. 2006.

Perfil da hotelaria nacional. *Associação Brasileira da Indústria de Hotéis*. Disponível em: <<http://www.abih.com.br/site.php>>. Acesso em: 28 set. 2006.

PFITSCHER, Elisete Dahmer. *Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico*. 2004. 252 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Protocolo de Kioto. *Brasil Escola*. Disponível em: < <http://www.brasilecola.com>>. Acesso em: 17 set. 2006.

Protocolo de Kioto. *Wikipedia*. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Protocolo_de_Kyoto>. Acesso em: 15 set. 2006.

RE, Castorina Baron Zimmer Da *et al*. *Turismo & hotelaria*. Florianópolis: Senai – SC, 2000.

RIBEIRO, Maisa de Souza. *Contabilidade ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2006.

RODRIGUES, Ricardo Mader. Histórico de desenvolvimento de hotéis no Brasil. *Hotel Investment Advisors*, São Paulo, março 2002. Disponível em: < <http://www.hia.com.br/artigos.asp?mod=1>>. Acesso em: 28 set. 2006.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SILVA, Divanir Pereira da. *A gestão ambiental e o papel da contabilidade na evidenciação do passivo ambiental das cooperativas agroindustriais da região centro - oeste do Estado do Paraná: estudo comparativo de caso*. 2005. 130 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.

APÊNDICE

CRITÉRIO 1 – FORNECEDORES	SIM	NÃO	NÃO SE ADAPTA	OBSERVAÇÕES
1. As mercadorias utilizadas são oriundas de recursos renováveis?	A			A maioria
2. Os fornecedores possuem monopólio do mercado?		A		
3. Os fornecedores apresentam processos produtivos que causam impacto ao meio ambiente e aos seres humanos?		A		
4. Para o transporte/processamento/distribuição de mercadoria demanda grande consumo de energia?	A			
5. Os fornecedores estão comprometidos com o meio ambiente?			NA	
6. Os principais fornecedores da organização são certificados pelas normas ambientais ISO 14001?		D		
7. Os fornecedores dão garantias de qualidade?	A			
8. Os fornecedores dão garantias de segurança?	A			
9. As compras da empresa só incluem produtos recicláveis?		D		
10. Os fornecedores da empresa se obrigam a reciclar os seus produtos usados?		D		
11. A segurança do transporte e da manutenção dos abastecimentos da empresa obedece a normas?	A			
12. O controle na recepção das compras obedece a normas precisas quanto ao meio ambiente?	A			
13. O armazenamento das compras obedece a normas precisas quanto ao meio ambiente?	A			
14. As compras perecíveis estão sujeitas a uma data-limite de utilização?	A			
CRITÉRIO 2 – ECO-EFICIÊNCIA DO SERVIÇO PRESTADO				
a) Melhoria Contínua do Serviço Prestado				
15. O processo de prestação de serviço é poluente ou potencialmente poluidor?	D			
16. Ocorre a geração de resíduos perigosos durante algum momento da prestação de serviço?	D			
17. O serviço prestado é responsável por um alto consumo de energia?	D			
18. A organização atende integralmente as normas relativas à saúde e segurança dos colaboradores internos e externos?	A			
19. Existe na empresa, um manual de segurança interna, que auxilia na prestação do serviço?	A			
20. A empresa avalia o impacto da prestação dos serviços sobre o quadro biogeológico da sua região?	A			
21. Existe geração de resíduos durante a prestação do serviço?	D			
22. Na etapa de limpeza existe controle dos resíduos gerados?	A			
23. Os resíduos gerados são reaproveitados na empresa?	A			
24. Os resíduos são vendidos?	A			
25. Existe conhecimento do que as empresas compradoras fazem com os resíduos?	A			
26. No armazenamento de produtos existe distinção entre lotes?		D		
b) Nível de Tecnologia Utilizada				
27. A tecnologia existente na empresa apresenta viabilidade somente para a grande escala de funcionamento?		A		
28. A tecnologia apresenta viabilidade em todo o processo?	A			
29. A tecnologia, na prestação de serviço, apresenta grau de complexidade elevado?		A		
30. A tecnologia, na prestação de serviço, apresenta alto índice de automação? (demanda uma baixa densidade de capital e trabalho)		D		
31. A tecnologia, na prestação de serviços, demanda a utilização de insumos e matérias primas perigosos?		A		
32. A tecnologia, na prestação de serviço, demanda a utilização de recursos não renováveis?	D			
33. A tecnologia, na prestação de serviço, é autóctone? (capaz de ser desenvolvida, mantida e aperfeiçoada com recursos próprios)		D		
34. A tecnologia, na prestação de serviço, apresenta uma dependência da organização em relação a algum fornecedor ou parceiro?	D			
c) Aspectos e Impactos Ambientais da Prestação de Serviços				
35. Durante o processo de prestação de serviços existe controle da poluição?	A			
36. Existe um alto consumo de água na prestação dos serviços?	D			
37. Existe um alto consumo de água total na organização?	D			
38. A fonte hídrica utilizada é comunitária?	D			
39. Existe algum reaproveitamento de água?	A			
40. Há controle por parte da empresa para amenizar a poluição sonora?	A			

41. Os padrões legais referentes ao processo de prestação de serviços são integralmente atendidos?	A			
42. São gerados resíduos (líquido/sólido/gasoso) perigosos durante o processo de prestação de serviços?	D			
43. A empresa possui um sistema de tratamento de seus resíduos?	A			
44. Existe algum tipo de reaproveitamento dos resíduos gerados?	A			
45. O controle de qualidade engloba normas de avaliação do impacto sobre o meio ambiente?	A			
46. Existe na empresa um plano de prevenção em caso de incidente grave?	A			
47. As normas de segurança e meio ambiente são rigorosamente respeitadas pelos funcionários?	A			
d) Tratamento de Hóspedes				
48. Existe estrutura física adequada para o atendimento aos hóspedes?	A			
49. Existe quantidade suficiente de recursos humanos para atendimento aos hóspedes?	A			
50. Existe conhecimento por parte dos hóspedes sobre a valorização ambiental?	A			
e) Recursos Humanos na Organização				
51. A alta administração se mostra efetivamente comprometida com a gestão ambiental?	A			
52. O corpo gerencial se apresenta efetivamente comprometido com a gestão ambiental?	A			
53. A mão de obra empregada é altamente especializada, também em contabilidade ambiental?		D		
54. Os colaboradores estão voltados a inovações tecnológicas?		D		
55. A criatividade é um dos pontos fortes da organização e de seus colaboradores?	A			
56. Existe uma política de valorização do capital intelectual?	A			
57. A organização oferece participação nos lucros ou outras formas de motivação aos colaboradores?	A			
58. Existe algum acompanhamento da área de Recursos Humanos com a Contabilidade Ambiental?		D		
f) Disponibilidade de Capital				
59. Existe capital próprio disponível para investimentos em gestão ambiental?	A			
60. Existem restrições cadastrais ou legais para a concessão de empréstimos para investimentos em gestão ambiental?		A		
61. A organização apresenta lucro operacional na rubrica gerenciamento de resíduos?	A			
CRITÉRIO 3 – INDICADORES CONTÁBEIS				
a) Indicadores Ambientais de Bens, Direitos e Obrigações				
62. Os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados?	A			
63. A empresa possui títulos a receber?	A			
64. A empresa possui outros créditos a receber?	A			
65. A empresa possui bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental?	A			
66. A empresa possui demais elementos do ativo permanente?		D		
67. A empresa possui gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias ambientais?	A			
68. A empresa possui passivos ambientais, relativos a empréstimos e financiamentos de investimentos na gestão ambiental?	A			
69. A empresa possui multas e indenizações ambientais?		A		
70. A empresa possui salários e encargos de especialistas da área ambiental?	A			
71. A empresa possui reservas para contingências de natureza ambiental?	A			
b) Indicadores Ambientais de Contas de Resultado				
72. A empresa tem auferido receitas relativas a valorização do meio ambiente?		D		
73. Os custos de prestação de serviço são superiores as receitas?		A		
74. Os custos de prestação de serviço atingem 50% das receitas?		A		
75. Os custos de prestação de serviço são inferiores a 50% das receitas?	A			
76. Existe consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental de perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição?		D		
77. O consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição tem se mantido constante?		D		
78. O lucro bruto aumentou no último período?		D		

79. A empresa paga honorários de profissionais especializados?	A		
80. A empresa paga taxas, contribuições e demais gastos relacionados com a área ambiental?	A		
81. A empresa paga multas e indenizações por falhas operacionais, como infração à legislação ou direito de terceiros?		A	
82. A empresa paga multas e indenizações por acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição?		A	
c) Indicadores de Demonstração Ambiental Específica			
83. A empresa possui Demonstração Ambiental específica?		D	
84. A empresa possui Balanço Social?	A		
85. No Balanço Social a empresa possui indicadores ambientais especificados?	A		
86. Existe aquisição de estoques (parcela ainda não consumida)?	A		
87. Existe aquisição de imobilizados?	A		
88. A empresa paga insumos utilizados para redução dos impactos ambientais?	A		
89. A empresa possui custos relativos a adaptação à legislação?	A		
90. A empresa possui gastos com divulgação na área ambiental?	A		
91. A empresa possui redução de refugos?	A		
92. A empresa possui economia de energia elétrica?	A		
93. A empresa possui economia em transportes?	A		
94. A empresa possui economia de materiais utilizados?	A		
95. A empresa possui economia de gastos com pessoal? (saúde, improdutividade, absenteísmo, etc.).	A		
96. A empresa possui grande quantidade de resíduo que causam impacto?		A	
CRITÉRIO 4 – INDICADORES GERENCIAIS			
97. A organização está submetida a um a intensa fiscalização por parte dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais?	A		
98. A empresa já obteve benefícios e/ou premiações pela atuação na valorização do meio ambiente?	A		
99. A organização é ré em alguma ação judicial referente à poluição ambiental, acidentes ambientais e/ou indenizações trabalhistas?	D		
100. Já ocorreram reclamações sobre aspectos e impactos ambientais por parte da comunidade?		A	
101. Em caso afirmativo, foram tomadas ações corretivas e/ou preventivas para a resolução do problema?			NA
102. Ocorreram acidentes ou incidentes ambientais no passado?		A	
103. Em caso afirmativo, os acidentes ou incidentes foram resolvidos de acordo com as expectativas das partes interessadas?			NA
104. Os acidentes ou incidentes foram documentados e registrados em meio adequado?			NA
105. A empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental?	A		
106. São realizados investimentos sistemáticos em proteção ambiental?	A		
107. A empresa trabalha com custos ambientais de prevenção?		D	
108. A empresa trabalha com custos ambientais de avaliação?	A		
109. Existe controle das falhas internas e externas da administração da empresa?	A		
110. A avaliação de todo o processo é realizada mensalmente?		D	
111. A avaliação de todo o processo é realizada trimestralmente?	D		
112. Existe alguma forma de controle dos investimentos realizados na contabilidade ambiental?	A		
113. A empresa tem algum retorno com resíduos gerados no processo de prestação de serviços?	A		
114. Os retornos dos investimentos em meio ambiente são satisfatórios?	A		
115. Existe aplicação financeira em projetos ambientais?	A		
116. A empresa acredita numa vantagem competitiva no mercado com a valorização da questão ambiental?	A		
CRITÉRIO 5 – UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO			
117. O consumidor tradicional do serviço apresenta alta consciência e nível de esclarecimento ambiental?	A		
118. O serviço prestado requer atenção e cuidados por parte do usuário?	A		
119. A prestação dos serviços ocasiona impacto ou risco potencial ao meio ambiente?	D		
120. Os serviços situam-se em um mercado de alta concorrência?	A		

Quadro 3.1: Lista de Verificação
Fonte: Adaptado de Pfitscher (2004, p. 121-125).

ANEXO A



Figura 3.2: Vista aérea do Resort Costão do Santinho e parte da reserva ecológica.
Fonte: (Costão do Santinho).



Figura 3.3: Vista geral do Resort.
Fonte: (Costão do Santinho).



Figura 3.4: Recepção do Resort.
Fonte: (Costão do Santinho).



Figura 3.5: Ala Internacional do Resort.
Fonte: (Costão do Santinho).



Figura 3.6: Vilas do Resort.
Fonte: (Costão do Santinho).



Figura 3.7: Suíte do Resort.
Fonte: (Costão do Santinho).



Figura 3.8: Vista de um dos apartamentos do Resort
Fonte: (Costão do Santinho).



Figura 3.9: Complexo esportivo do Resort.
Fonte: (Costão do Santinho).



Figura 3.10: Vista de um dos restaurantes do Resort.
Fonte: (Costão do Santinho).



Figura 3.11: Vista de um dos salões de eventos existentes no Resort.
Fonte: (Costão do Santinho).



Figura 3.12: Vista da Praia do Santinho.
Fonte: (Costão do Santinho).